



Estácio

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

ATIVIDADE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

OBSERVAÇÕES E ANÁLISE SOCIOLÓGICA REFLEXIVA DAS RELAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE E O MEIO AMBIENTE

FRANCISCO LIMA FIGUEIREDO

BRASÍLIA, 2020

FRANCISCO LIMA FIGUEIREDO

**OBSERVAÇÕES E ANÁLISE SOCIOLÓGICA REFLEXIVA
DAS RELAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE E O MEIO
AMBIENTE**

Trabalho apresentada ao professor Daniel Tadeu do Amaral como parte dos trabalhos a serem apresentados na disciplina ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO (CEL0466/3521060 - 9011).

Orientador: Fernando de Figueiredo Balieiro
Coorientador: Daniel Tadeu do Amaral

Brasília

2020

Figueiredo, Francisco Lima

Observações e análise sociológica reflexiva das
relações entre a sociedade e o meio ambiente /

Francisco Lima Figueiredo. - Brasília, 2020.

31 p. : il. ; 30 cm.

Orientador: Fernando de Figueiredo Balieiro

Coorientador: Daniel Tadeu do Amaral

Atividade prática como componente curricular

- Universidade Estácio de Sá, Brasília, 2020.

1. Palavra-chave. 2. Palavra-chave. 3. Palavra-chave.
4. Palavra-chave. 5. Palavra-chave. I. Figueiredo
Balieiro, Fernando de . II. do Amaral, Daniel Tadeu .
III. Universidade Estácio de Sá. IV. Título

*“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve
se transformará em cérebro das mais altas decisões
nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o
amanhã o do meu país e antevejo esta alvorada, com
fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu
grande destino.”*

(JUSCELINO KUBITSCHEK)

RESUMO

O presente trabalho envereda pela multiculturalidade de Brasília e sua relação com o meio ambiente. Estudaremos como a capital do país, morada de pessoas que saem do país todo para fazer aqui carreira e adotam essa cidade como sua. O próprio autor mesmo veio do Rio de Janeiro para se fixar aqui há 17 anos e a cada dia se surpreende com a riqueza cultural típica do brasileiro, bem como a desigualdade imposta de forma tão transversal. Foi dado foco nessa aula na educação ambiental.

Palavras-chave: Educação. Meio Ambiente. Brasília.

SUMÁRIO

1	OBJETIVOS	9
2	INTRODUÇÃO TEÓRICA	11
2.1	CONTEXTO GEOGRÁFICO	11
2.2	CONTEXTO SOCIOLÓGICO	12
2.3	MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	14
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4	RESULTADOS E CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS	23
	APÊNDICES	25
	APÊNDICE A – QUISQUE LIBERO JUSTO	27
	ANEXOS	29

1 OBJETIVOS

O presente trabalho visa ensaiar um estudo sociológico de Brasília sob a ótica da relação entre a sociedade e o meio ambiente, discutindo a importância da educação como fomentador para a conscientização e evolução do pensamento relacionado aos impactos ambientais causados pelo homem, em especial delimitado no quadrado geográfico incrustado no meio do planalto central.

Além de ser essencial para o desenvolvimento intelectual dos alunos a partir da reflexão sobre a importância da natureza, dos impactos diretos sobre a ação humana.

O trabalho será apresentado por meio de pesquisa direta em sites e vídeos na internet, por análises de documentos, de jornais e pesquisas realizadas por pesquisadores e alunos, sempre sob a perspectiva sociológica.

O local observado do trabalho será a Grande Goiânia e suas regiões metropolitanas e os fatos serão o lixo como resultado direto da ação humana. Portanto, terá a articulação entre a teoria e a prática, que consistirá na observação e identificação dos problemas sociais que afetam a qualidade de vida da população, e como o contraste comparativo presente em áreas da cidade e como isso passa despercebido pela sociedade.

Ademais, vale considerar que a pesquisa teve que ser feita sem ir a campo, em virtude do risco de contaminação pelo vírus da COVID 19.

2 INTRODUÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO

De acordo com dados da Wikipédia (2020) A cidade começou a ser planejada e desenvolvida em 1956 por Lúcio Costa, pelo também arquiteto Oscar Niemeyer e pelo engenheiro estrutural Joaquim Cardozo. Inaugurada em 21 de abril de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, Brasília tornou-se formalmente a terceira capital do Brasil, após Salvador e Rio de Janeiro. Vista de cima, a principal área da cidade é descrita frequentemente como tendo o formato de um avião, mas a proposta inicial de Lúcio Costa era de que se assemelhasse ao sinal da cruz, e um dos eixos foi depois arqueado para se adaptar ao relevo da região.

O ritmo de crescimento populacional na primeira década foi de 14,4% ao ano, com um aumento populacional de 285%. Na década de 1970, o crescimento médio anual foi de 8,1%, com um incremento total de 115,52%. A população total do Distrito Federal, que não deveria ultrapassar 500 000 habitantes em 2000, atingiu esta cota no início da década de 1970, e, entre 1980 e 1991, a população expandiu em mais 32,8%. O Plano Piloto, que, na inauguração, concentrava 48% da população do Distrito Federal, gradativamente perdeu importância relativa, chegando a 13,26% em 1991, passando o predomínio para as cidades-satélite.

A população brasiliense é formada por migrantes de todas as regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste e do Sudeste, além de estrangeiros que trabalham nas embaixadas espalhadas pela capital. Dados de 2010 apontavam que quase metade da população não nasceu ali, sendo que 1 380 873 (53,73%) eram brasilienses e 1 189 287 (46,27%) de outros locais (incluindo 8 577 estrangeiros, ou 0,33% da população), principalmente de Goiás, Minas Gerais e Bahia, conforme o quadro abaixo da CODEPLAN/SEPLAN (2013).

		(Em mil)	
Regiões	Entradas	Regiões	Entradas
NORTE	298	NORDESTE	15.565
Roraima	6	Maranhão	446
Acre	6	Piauí	2.051
Amazonas	30	Ceará	3.166
Roraima	3	Rio Grande Norte	1.000
Pará	220	Paraíba	2.227
Amapá	33	Pernambuco	2.299
Tocantins	-	Alagoas	225
SUDESTE	17.932	Sergipe	216
Minas Gerais	9.019	Bahia	3.935
Espírito Santo	251	CENTRO-OESTE	22.088
Rio de Janeiro	3.959	Mato Grosso do Sul	-
São Paulo	4.703	Mato Grosso	574
SUL	992	Goiás	21.514
Paraná	768	Exterior	78
Santa Catarina	108	TOTAL	56.953
Rio Grande do Sul	116		

Fonte: IBGE - Censo Experimental de Brasília - Maio de 1959. Dados elaborados pela CODEPLAN.

(Em mil)							
Regiões	Entradas	Saídas	Saldo Migratório	Regiões	Entradas	Saídas	Saldo Migratório
NORTE	47.885	17.777	30.108	NORDESTE	603.386	70.127	533.259
Roraima	1.972	1.917	55	Maranhão	120.251	11.094	109.157
Acre	1.588	335	1.253	Piauí	130.694	13.553	117.141
Amazonas	4.968	1.262	3.706	Ceará	90.103	10.303	79.800
Roraima	724	574	150	Rio Grande Norte	24.697	4.926	19.771
Pará	16.936	4.805	12.131	Paraíba	54.908	6.531	48.377
Amapá	1.019	396	623	Pernambuco	39.145	4.942	34.203
Tocantins	20.668	8.488	12.180	Alagoas	7.098	713	6.385
SUDESTE	322.052	79.362	242.690	Sergipe	4.826	1.404	3.422
Minas Gerais	199.942	32.830	167.112	Bahia	131.665	16.661	115.004
Espírito Santo	7.330	4.115	3.215	CENTRO-OESTE	165.711	240.530	-74.819
Rio de Janeiro	64.707	16.385	48.322	Mato Grosso do Sul	5.393	1.606	3.787
São Paulo	50.073	26.032	24.041	Mato Grosso	6.570	4.206	2.364
SUL	38.716	9.536	29.180	Goiás	153.748	234.718	-80.970
Paraná	11.567	4.057	7.510				
Santa Catarina	5.458	3.098	2.360	Exterior	8.595	-	-
Rio Grande do Sul	21.691	2.381	19.310	TOTAL	1.186.345	417.332	769.013

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Figura 1

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicou 2.570.160 habitantes em todo o Distrito Federal. O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,824 e a taxa de analfabetismo de apenas 4,35%. Brasília também caracteriza-se pela sua desigualdade social, sendo a quarta área metropolitana mais desigual do Brasil e a décima sexta do mundo, segundo um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas.

2.2 CONTEXTO SOCIOLÓGICO

Ainda de acordo com Wikipédia (2020), a região administrativa de Brasília, composta em sua parte urbana pelos bairros residenciais Asa Norte, Asa Sul e Vila Planalto, conta com uma população de 209 855 habitantes (2010) e uma área de 472,12 km², sendo a terceira maior região administrativa do Distrito Federal em termos de população, atrás apenas de Ceilândia (com 402.729 habitantes) e Taguatinga (361.063).

Brasília possui a maior desigualdade de renda entre as capitais brasileiras, além de ser uma das capitais em que mais se registram homicídios para cada cem mil habitantes no país. Na região administrativa de Ceilândia, está localizada a segunda mais populosa favela do Brasil, a comunidade do Sol Nascente, com 61 mil habitantes — segundo estimativas de lideranças locais, no entanto, a população seria de 100 mil pessoas, que superaria a da Rocinha, no Rio de Janeiro.

A tabela 1 descreve o IDH das regiões administrativas do Distrito Federal.

Note no mapa da figura 2 abaixo que as áreas em cinza são zonas "sem dados" são principalmente regiões administrativas novas, a maioria contem a maioria dos habitantes mais pobres do distrito federal

Os índices de criminalidade são altos principalmente no Entorno do Distrito Federal. Segundo sociólogos, a criminalidade no Distrito Federal, principalmente nas cidades-satélites, é uma herança do crescimento desordenado, ainda que assentado em núcleos urbanos planejados. Os níveis de criminalidade no DF estão entre os maiores do Brasil. Tivemos uma média de chegando ao ponto de haver uma média de até dois assassinatos diários em 2012. Em 2019, houve 443 homicídios, com taxa de 20,5 por 100 mil habitantes, a 200^o maior do país entre os municípios com mais de 100 (de 310 cidades). Houve uma diminuição de 44% no índice de homicídios entre 2012 para 2019, sendo que em 2012 essa taxa era de 36,7 por 100 mil habitantes, conforme dados do Cerqueira (2019) e Povo (2020). Ainda sim, bem acima da taxa considerada pela ONU como cidade com

Posição	Região administrativa	IDH-M	Dados de 2010		
			IDH-R	IDH-L	IDH-E
	IDH-M muito alto				
1	Águas Claras	0,955	1,000	0,934	0,936
2	Lago Sul	0,955	1,000	0,953	0,915
3	Plano Piloto	0,936	0,948	0,870	0,991
4	Lago Norte	0,933	0,978	0,864	0,958
5	Cruzeiro	0,928	0,934	0,857	0,992
6	Núcleo Bandeirante	0,911	0,934	0,811	0,988
7	Guará	0,867	0,831	0,826	0,944
8	Taguatinga	0,855	0,806	0,816	0,944
9	Candangolândia	0,852	0,761	0,850	0,947
10	Sobradinho	0,837	0,763	0,825	0,923
11	Riacho Fundo	0,826	0,706	0,815	0,958
12	São Sebastião	0,820	0,714	0,804	0,944
13	Gama	0,815	0,720	0,784	0,942
	IDH-M alto				
14	Santa Maria	0,794	0,627	0,820	0,934
15	Paranoá	0,785	0,612	0,800	0,948
16	Ceilândia	0,784	0,670	0,773	0,910
17	Samambaia	0,781	0,629	0,791	0,921
18	Recanto das Emas	0,775	0,598	0,791	0,937
19	Planaltina	0,764	0,652	0,769	0,872
20	Brazlândia	0,761	0,642	0,734	0,906
	Sem dados				
	Sudoeste/Octogonal				
	Varjão				
	Park Way				
	Riacho Fundo II				
	SCIA				
	Sobradinho II				
	Jardim Botânico				
	Itapoã				
	SIA				
	Vicente Pires				
	Fercal				

Tabela 1 – IDH das Regiões Administrativas de Brasília.

O IDH-M é uma média geométrica entre o IDH da renda (IDH-R), IDH da longevidade (IDH-L) e IDH educacional (IDH-E).

violência epidêmica, que é de 10 por 100 mil habitantes.

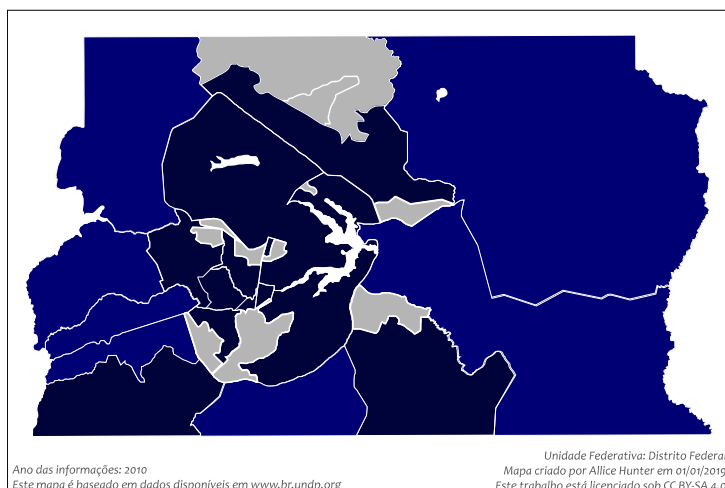


Figura 2 – Mapa do Distrito Federal separada por regiões administrativas.

2.3 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo McReynolds (1999), A Sociologia do meio ambiente é uma área antiga, apesar de nova. Marx e Engels (Marx (1961)), Weber e Durkheim (1954,1982), todos escreveram sobre o relacionamento entre sociedades humanas e o meio ambiente natural. Contudo, o termo "Sociologia do meio ambiente" não foi utilizado até 1971. Em 1976, A Sociedade Americana de Sociologia designou uma seção para a área. Em 1978, Catton e Dunlop publicaram a primeira tentativa de proporcionar uma definição explícita da área de sociologia do meio ambiente. E, não foi antes de 1990 que a Sociedade Internacional de Sociologia formou o seu primeiro grupo com interesse específico em sociologia do meio ambiente.

Hoje em dia, a sociologia do meio ambiente procura incorporar mais variáveis científicas naturais, perspectivas e até paradigmas em seus métodos, teorias e literatura. O aumento do crescimento e do interesse em perspectivas multi e interdisciplinares também acrescentou em amplitude para o aprofundamento da sociologia do meio ambiente. Esta expansão fez da sociologia ambiental um emaranhado de disciplinas com bases crescentes na biologia, ecologia, ciência política, antropologia, psicologia, feminismo e outras. Apesar da aparência pós-moderna, a sociologia do meio ambiente ainda pretende ser a única linha de pensamento viável capaz de proporcionar uma perspectiva macro ou além, conforme CATTON (1978) e REDCLIFT (1997).

A Sociologia do meio ambiente tem sido definida de diversas maneiras. Entre as várias definições, BUTTEL (1996) proporciona um começo útil. Ele nota que hoje em dia a essência da sociologia do meio ambiente tem sido de recuperar e revelar a materialidade da estrutura e vida social, e o faz de maneira a produzir entendimentos relevantes de modo a resolver problemas ambientais. Esta definição reconhece ao mesmo tempo a centralização

da verdadeira natureza física do meio ambiente e o papel representado pelas construções sociais da natureza.

A união da natureza física e das construções sociais da natureza permanece atualmente como a principal preocupação para a sociologia ambiental. Na verdade, a habilidade de unir estes conceitos aparece como o centro da pretensão da área de ser a melhor das áreas da sociologia a se aplicar a um dos maiores problemas mundiais - o declínio do meio ambiente. Com o final da Guerra Fria, as preocupações sobre o aquecimento global e mudanças no meio ambiente mundial tomaram o lugar das preocupações com a guerra nuclear. Sendo assim, a sociologia do meio ambiente tem ocupado o cenário central na relação dos problemas mundiais [VAILLANCOURT (1995)].

Neste contexto, a sociologia do meio ambiente está preocupada com uma vasta gama de questões, campos de estudo e disciplinas. Se por um lado essa amplitude é excitante, é fácil se perder no labirinto do que veio a se tornar a sociologia do meio ambiente. Nas páginas seguintes apresento uma bibliografia de fontes e uma lista de jornais que relevam o conhecimento da área. Nenhum deles pretende ser exaustivo. Ao contrário, eles têm a intenção de proporcionar ao estudante novo e intermediário da área um acesso mais direto à literatura histórica crítica, teórica e metodológica. Com essas bases, espera-se que o leitor fique mais preparado para pesquisar este crescente e importante campo da sociologia.

Geraldino (2014) aborda o meio ambiente com a seguinte definição: Sem adentrar o campo da etimologia, tomando a expressão como equivalente de ambiente e meio, partiremos do pressuposto de que a essência do conceito deve ser inicialmente investigada sob dois aspectos: um negativo e outro positivo. Isso quer dizer que, ao questionar o que é o meio ambiente, devemos, antes de tudo, ter estabelecido a que coisa este se faz meio e, portanto, a que coisa ambiental. Afinal, como bem defendeu Richard Hartshorne (1978, p. 66), “o conceito de meio não tem sentido, exceto em referência àquilo que ele envolve”; ou, como quis Amos Rapoport (19781 apud Holzer, 1997, 80), tal conceito define-se basicamente por ser “qualquer condição ou influência situada fora do organismo, grupo ou sistema que se estuda”. Então, só podemos começar dizer algo sobre o meio ambiente após termos afirmado outro ente ao qual este se faz como não sendo. Meio ambiente, assim, não pode ser compreendido como uma coisa entre coisas; algo que nos permita optar por começar a investigar seu ser positivamente, tal como podemos fazer com uma cadeira ou com um cachorro. Pois, por exemplo, na tentativa de dizer o que são ambos, podemos começar nos referindo a eles por juízos positivos como “uma cadeira é algo feito para sentar” ou “o cachorro é um animal que late”. Todavia, este procedimento não cabe à definição de meio ambiente. Para afirmar algo devemos antes tê-lo tratado negativamente. Ou seja, meio

ambiente primeiro tem que não ser algo, para depois ser. Esta é sua elementar condição: a negativa. Embora que já nesta própria se assente, em concomitância, outra de igual valor: a relativa. Pois, ao dizermos “meio não é algo”, estamos de forma implícita dizendo que meio é relativo a algo. Daí tudo aquilo que não é aquela(e) cadeira/ cachorro, faz-se como ambiente daquela(e) cadeira/cachorro. Relatividade e negatividade fazem-se, portanto, como os princípios necessários para toda e qualquer tentativa de definição deste conceito.

Se para encontrarmos as propriedades do meio ambiente devemos antes afirmar as características do tipo de ser do qual se faz negativo e relativo, então, chegamos à necessidade de especificar de que tipo de ser falamos. Assim, observando o ambiente que nos cerca, que se estende dos papéis e canetas próximos à imensidão incógnita do universo, verificaremos uma pluralidade de seres dos quais vamos aqui distinguir agrupando-os em três tipos fundamentais, a saber: (i) seres inanimados ou não-vivos, (ii) seres vivos ou orgânicos, (iii) seres conscientes ou humanos. Esse deslindar tripartido é realizado a partir da aplicação de dois recortes arbitrários no real: o recorte da vida e o da consciência. Fazendo que tenhamos para analisar três tipos de meios com suas respectivas relações particulares: (i) o meio em que se encontram os seres não-vivos, (ii) o meio relativo aos seres vivos, (iii) e o meio ao qual ambienta os seres humanos.

Completa Geraldino (2014) Há no ser humano uma irredutibilidade ao meio. Ou seja, ao homem, não se pode dizer plenamente “diz-me onde estás e dir-te-ei quem és”, pois isso é ecologia, e não se aplica ao animal tombado dessa esfera. Portanto, se de fato quisermos compreender o meio ambiente no qual se encontra um indivíduo ou um grupo, devemos antes questionar suas projeções de ser; devemos tentar compreender o ir ao futuro que elegeu(ram) como fim possível/faltante e retornar ao presente, captando neste os entraves e caminhos que devrá(ão) transpor e seguir para alcançá-lo(s).

Já Dias (1994) diz, no tocante a **educação ambiental**, que a "Educação Ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, deixando claro que ao discutir qualquer problema ambiental é fundamental a consideração de todos estes aspectos."Segundo este autor, "a maior parte dos problemas ambientais tem suas raízes na miséria que, por sua vez, é gerada por políticas e problemas econômicos, concentradores de riqueza e responsáveis pelo desemprego e degradação ambiental."

Pode-se também definir a educação ambiental, nas palavras de 13, como um processo onde o educando obtém conhecimentos acerca das questões ambientais e assim passa a ter um novo entendimento acerca do meio ambiente, se tornando um agente transformador

referente à preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais.

Gadotti (2000) explica que educação ambiental vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica em atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e doméstico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Não é possível entrar no tema **Meio Ambiente** sem mencionar a Educação Ambiental nas escolas, uma vez que esperamos que nossas crianças evoluam com uma mentalidade melhor que a nossa no tocante ao meio ambiente.

4 RESULTADOS E CONCLUSÃO

Nas palavras de Magalhães (2020) "A educação ambiental impacta não apenas no meio em que vivemos, mas está diretamente ligada à sobrevivência humana, e precisa estar presente no ensino de forma incisiva. A introdução da educação ambiental nos primeiros anos da educação infantil potencializa o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o ambiente escolar é um dos meios de integração e conscientização mais completos para abordar as problemáticas entre a relação homem e natureza. Quando a educação ambiental é aplicada desde o início do processo de educação e se torna constante nos anos subsequentes, a aprendizagem transforma-se permanentemente. É evidente que as mudanças no meio ambiente ocorrem de forma lenta e gradativa, mas quanto antes iniciado o processo de educação e conscientização da população, maiores são as chances de sucesso. Assim, é de fato extremamente importante que a Educação Ambiental seja inserida desde os primeiros anos da educação infantil. Entretanto, este não é um dever apenas da escola: é fundamental que todos os segmentos da sociedade em que a criança está inserida se envolvam e busquem este objetivo comum. Está conscientização das crianças também é um dever dos pais e da sociedade em geral."

REFERÊNCIAS

- 1 WIKIPÉDIA. *Brasília*. 2020. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasília>>. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 12.
- 2 CODEPLAN/SEPLAN. *Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal 1959-2010*. [s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolucao_dos_Movimentos_Migratorios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf>. Citado na página 11.
- 3 CERQUEIRA, D. *Atlas da Violência - Retratos dos Municípios Brasileiros*. IPEA, 2019. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/wp-content/uploads/sites/19/2019/08/05095855/190802_atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf>. Citado na página 12.
- 4 POVO, G. do. *Atlas da Violência 2019 por municípios*. 2020. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/atlas-da-violencia-2019-por-municipios/>>. Citado na página 12.
- 5 MCREYNOLDS, S. A. Guia para o iniciante em sociologia do meio ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia. *SciELO*, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200012&script=sci_arttext&tlng=pt>. Citado na página 14.
- 6 MARX, K. *Economic and Philosophical Manuscripts of 1844*. Moscow: Foreign Language Publishing House, 1961. Citado na página 14.
- 7 CATTON, W. R. Environmental sociology: A new paradigm,. *The American Sociologist*, v. 13, p. 41–49, 1978. Citado na página 14.
- 8 REDCLIFT, M. Sustainability and environmental change. *The International Handbook of Environmental Sociology*, 1997. Citado na página 14.
- 9 BUTTEL, F. *Social Institutions and Environmental Change*. [S.l.: s.n.], 1996. Citado na página 14.
- 10 VAILLANCOURT, J.-G. *Sociology of the Environment: From Human Ecology to Ecosociology*. [S.l.: s.n.], 1995. Citado na página 15.
- 11 GERALDINO, C. Uma definição de meio ambiente. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 18, n. 2, p. 403–415, set. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/geousp/article/view/84540>>. Citado 2 vezes nas páginas 15 e 16.
- 12 DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. [S.l.: s.n.], 1994. Citado na página 16.
- 13 MAGALHÃES, S. S. *A importância da educação ambiental no processo de ensino-aprendizagem infantil*. 2020. Disponível em: <<https://www.partes.com.br/2018/06/05/a-importancia-da-educacao-ambiental-no-processo-de-ensino-aprendizagem-infantil/>>. Citado 2 vezes nas páginas 16 e 21.
- 14 GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. [S.l.: s.n.], 2000. Citado na página 17.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUISQUE LIBERO JUSTO

Quisque facilisis auctor sapien. Pellentesque gravida hendrerit lectus. Mauris rutrum sodales sapien. Fusce hendrerit sem vel lorem. Integer pellentesque massa vel augue. Integer elit tortor, feugiat quis, sagittis et, ornare non, lacus. Vestibulum posuere pellentesque eros. Quisque venenatis ipsum dictum nulla. Aliquam quis quam non metus eleifend interdum. Nam eget sapien ac mauris malesuada adipiscing. Etiam eleifend neque sed quam. Nulla facilisi. Proin a ligula. Sed id dui eu nibh egestas tincidunt. Suspendisse arcu.

ANEXOS

Documento programado em \LaTeX , MikTeX, abntex2 e seu projeto está disponível no endereço (legível também pelo QR Code abaixo):

<<https://github.com/ChicoFigueiredo/estacio-Trab001-AASE-202004137859.git>>

